

Ata n.º 180 / XIII / 4.ª SL

Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2019, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações Gerais

2. [Apreciação e votação da Proposta de Resolução n.º 95/XIII/4ª](#) - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura para o estabelecimento de um Escritório de Ligação e Parceria da Organização em Lisboa, assinado em Roma, em 4 de dezembro de 2018.

- **Deputado autor do parecer:** Maria Manuel Rola - BE

3. [Apreciação e votação da Proposta de Resolução n.º 96/XIII/4ª](#) - Aprova o Acordo Suplementar à Convenção sobre o Estatuto da Organização do Tratado do Atlântico Norte, dos Representantes Nacionais e do Pessoal Internacional, assinada em Otava, em 20 de setembro de 1951, entre a República Portuguesa e a Organização do Tratado do Atlântico Norte, sobre o Estatuto da Agência de Informação e Comunicações da OTAN na República Portuguesa.

- **Deputado autor do parecer:** Nuno Magalhães - CDS-PP

4. [Apreciação e votação da Proposta de Resolução n.º 97/XIII/4ª](#) - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre a participação em eleições locais de nacionais de cada um dos Estados residentes no território do outro, assinado em Lisboa, em 12 de junho de 2019.

- **Deputado autor do parecer:** Paulo Neves (PSD)

5. **Apreciação e votação do Parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República, à República Francesa de 13 a 14 de julho de 2019** - Projeto de Resolução n.º 2224/XIII/4ª.

6. Apreciação e votação do Parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República, à República Federal da Alemanha entre 07 e 09 de agosto de 2019 - Projeto de Resolução n.º 2225/XIII/4^a.

7. Aprovação de Atas:

N.º: 175, de 28 de maio de 2019;
N.º: 178, de 12 de junho de 2019.

8. Outros assuntos

A sessão teve início sob a direção do seu Vice-Presidente, Deputado Pedro Filipe Soares, dada a ausência temporária do Presidente em trabalho parlamentar. Após ter dado as boas vindas aos presentes, o Senhor Presidente interino prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações:

- Baixou à Comissão o Projeto de Resolução n.º 2221/XIII/4.^a da iniciativa do CDS-PP que recomenda ao Governo a adoção de medidas legislativas e regulamentares destinadas aos idosos portugueses residentes no estrangeiro e aos emigrantes que se encontrem em situação de absoluta carência de meios de subsistência ou que evidenciam enorme fragilidade.

Interveio o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) para informar que a discussão da iniciativa terá lugar em Comissão.

- Seguidamente, foi lembrado aos Senhores Deputados que amanhã, quinta-feira, pelas 17h30 (após plenário), irá realizar-se a cerimónia de inauguração da exposição alusiva ao 240.º ano de relações diplomáticas Portugal – Rússia, presidida por SEXA, o Presidente da Assembleia da República. Esta exposição foi coorganizada pela Comissão, tendo sido solicitada a presença dos Deputados da CNECP.

No **Ponto 2.** da OD, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)** para apresentação do seu Parecer relacionado com a PPR 935/XIII/4.^a. A Autora começou por enquadrar objetiva e subjetivamente esta iniciativa do Governo. Na sua análise, explicitou

o facto de o novo Escritório ter por objetivo “apoiar ações de desenvolvimento e de cooperação, em particular, para a agricultura e alimentação em Portugal, nos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou noutros países, mantendo os objetivos de difusão e troca de informação e conhecimento entre os Estados Membros da CPLP”. Realçou, ainda, o reforço da cooperação com os países da CPLP que esta iniciativa vem propiciar, nomeadamente em matérias de segurança alimentar e nutricional e da promoção da agricultura familiar – objetivo que contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Concluiu, referindo que a iniciativa reunia condições para ser apresentada em Plenário.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP)** para apresentação do seu Parecer acerca da PPR 96/XIII/4.^a. O Autor procedeu ao enquadramento geral da iniciativa, tendo realçado o seu importante significado no contexto do reforço e aprofundamento da participação de Portugal e das suas Forças Armadas na Organização em presença. Concluiu, referindo que a iniciativa reunia condições para ser apresentada em Plenário.

De seguida, registaram-se as intervenções dos seguintes Deputados:

João Oliveira (PCP), para afirmar que o seu Grupo votará contra este Parecer, não por falta de objetiva factualidade na sua elaboração, mas sim pelo facto de, na opinião do PCP, a Constituição da República não comportar a participação de Portugal em blocos político-militares da natureza do presente.

Marcos Perestrello (PS), para sublinhar a relevância desta medida que vem alcandorar Portugal e as suas Forças Armadas um patamar superior de excelência no âmbito da NATO, igualmente relevante no processo de afirmação e modernização das Forças Armadas.

Paulo Neves (PSD), para manifestar o apoio do PSD a esta iniciativa, tratando-se de uma excelente oportunidade para as Forças Armadas portuguesas.

Nuno Magalhães (CDS-PP), que agradeceu os comentários efetuados, tendo salientado que, ciente da sensibilidade da questão-NATO, procurou elaborar um Parecer o mais factual possível, sem qualquer carácter opinativo.

Submetido a votação, o Parecer seria aprovado por maioria dos votos expressos, tendo-se registado votos contra do BE e do PCP

Transitados para o **Ponto 4.**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para apresentação do seu Parecer acerca da PPR 97/XIII/4.^a. Começou por enquadrar o âmbito da iniciativa, tendo seguidamente acentuado que, por via deste Acordo, o Reino Unido compromete-se a conceder aos nacionais portugueses legalmente residentes no Reino Unido, o direito a participar nas eleições locais do Reino Unido, em condições iguais às dos seus nacionais e Portugal compromete-se a conceder aos nacionais do Reino Unido legalmente residentes na República Portuguesa, o direito a participar nas eleições locais, em condições de igualdade com os seus nacionais. Na opinião que manifestou, referiu que de há muito tinha o Grupo Parlamentar do PSD vindo a alertar o Governo, de forma construtiva, para a necessidade de tratar de forma excecional o processo do Brexit, tendo em conta a sua importância, para acautelar as consequências que do mesmo poderão resultar para os cerca de 400 mil portugueses residentes no Reino Unido, pelo que considera a assinatura deste Acordo como um bom sinal. Concluiu, referindo que a iniciativa reunia condições para ser apresentada em Plenário.

De seguida, registaram-se as intervenções dos seguintes Deputados:

João Oliveira (PCP), para afirmar que, com o presente Acordo, ter ficado comprovada a inutilidade da tutela da União Europeia em matérias como a presente, para cujo efeito sempre bastaria uma vinculação bilateral ou mesmo multilateral, de sentido e alcance idênticos ao instrumento ora apreciado.

Paulo Neves (PSD), para lembrar que este Acordo abrange cerca de 400 mil portugueses que trabalham e residem no Reino Unido, possuindo enorme importância, de resto amplamente comentada pela própria comunidade portuguesa, aquando da recente visita àquela país de uma delegação parlamentar da CNECP.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Já no **Ponto 5.** da OD, solicitou o Senhor Presidente que a apreciação e votação do Parecer aí contido pudesse ser feito conjuntamente com o mencionado no Ponto 6, o que foi unanimemente aceite por todos os Deputados presentes. Assim, procedeu-se à leitura de



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ambos os Pareceres, os quais, não tendo suscitado quaisquer dúvidas de teor, foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes.

Finalmente, no **Ponto 7.** da OD, foi sugerido pelo Senhor Presidente idêntico procedimento de discussão e aprovação em conjunto das duas Atas ora submetidas à apreciação da Comissão. Obtida a unânime concordância de todos os Deputados, procedeu-se à leitura de ambas as peças, as quais, seguidamente, foram votados em conjunto e aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

Nada mais havendo a registar, a reunião foi declarada encerrada pelas quinze horas, disponibilizando-se o registo áudio da reunião, consultável [aqui](#).

O Presidente da Comissão (Interino)
(Pedro Filipe Soares)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Páscoa Gonçalves
João Oliveira
Lara Martinho
Marcos Perestrello
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Odete João
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Carla Sousa
Maria Augusta Santos
Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Isabel Santos
Jamilia Madeira
João Gonçalves Pereira
José Cesário
Paula Teixeira da Cruz
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Paulo Pisco

A presente Ata foi aprovada em reunião de Comissão ocorrida em 9 de julho de 2019.